

Goiás garante os repasses

Lauro Veiga Filho
de Goiânia

O governo do Estado de Goiás, por meio de sua Procuradoria Geral, e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) firmaram, em outubro do ano passado, convênio que prevê o repasse mensal de R\$ 600 mil para o pagamento de precatórios trabalhistas. Desde então, foram honrados 221 precatórios, num total de R\$ 2,4 milhões até janeiro.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) busca, agora, concluir as negociações com o Tribunal de Justiça de Goiás para o acerto da dívida expressa em precatórios alimentícios, relativos a créditos trabalhistas de servidores públicos estatutários. Segundo estimativa da PGE, a dívida do Estado já transformada em precatórios soma em torno de R\$ 90 milhões — em alguns casos, devidos há 15 anos ou mais.

Apoiado nesse convênio, o governo de Goiás continua tomando empréstimos e recorre à Justiça quando tentam impedi-lo. Foi isso que ocorreu para obter um empréstimo de US\$ 65 milhões do Banco Mundial (Bird), que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, tentou impedir. Aprovado pelo Senado em novembro do ano passado, o governo do Estado assinou, em 16 de janeiro deste ano, o contrato para a liberação pelo Bird de US\$ 65 milhões, condicionada a uma contrapartida estadual de igual valor. Os recursos, num total de US\$ 130 milhões, destinam-se à malha rodoviária.